o debate
Edição Número: 2690 - Belo Horizonte, Dezembro de 2018
Ciência & Ambiente

Onça-pintada ganha data em calendário nacional

Espécie terá Dia Nacional da Onça Pintada comemorado.

Símbolo brasileiro da conservação da biodiversidade, a onça-pintada, ganha data em calendário nacional. O país terá agora o Dia Nacional da Onça Pintada, comemorado no dia 29 de novembro.

Neste primeiro ano de comemoração da data, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) promoveu, no Parque Nacional do Iguaçu, um evento no Centro de Visitantes do Parque do Iguaçu.

A data é importante para unir esforços em ações de divulgação sobre a importância ecológica, econômica e cultural da espécie.

A onça é o maior felino das Américas, e por ser topo de cadeia alimentar e necessitar de grandes áreas conservadas para sobreviver, ocorre somente em áreas preservadas. No Brasil, a onça-pintada vive em diversos biomas: Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Caatinga, mas é na Caatinga que ela é mais ameaçada, sendo considerada criticamente em perigo de extinção.

Brasil lança medidas para proteger espécies ameaçadas

Meta é que em 2022 todas as espécies ameaçadas de extinção, da fauna e da flora, estejam sob alguma medida de proteção.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou, por meio da Portaria nº 444, no mês de novembro de 2018, a Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

O objetivo é orientar a implementação do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies), para que, até 2022, todas as espécies ameaçadas de extinção estejam sob alguma medida de conservação.

"Realizamos oficinas com especialistas para priorizar as espécies ameaçadas de extinção que mais precisam de proteção. Primeiro, uma oficina com especialistas em conservação para definição de critérios, depois, com especialistas nos grupos específicos de fauna e flora para aplicação e validação dos critérios. Assim, foram estabelecidos os níveis de proteção de cada uma das 3.286 espécies ameaçadas, seguindo uma fórmula de cálculo baseada em estudos", explicou a analista ambiental Roberta Holmes.

Segundo ela, cada espécie demanda uma medida específica de proteção, como por exemplo ordenamento pesqueiro, criação de unidade de conservação ou proteção de bioma. "O que for melhor para a espécie", afirmou a analista ambiental.

Conheça a tabela com as mais de 3 mil espécies no link http://mma.gov.br/images/arquivo/80046/Anexo-Estrategia_Nacional.pdf

Brasil pode ter recorde na exportação de soja em 2018

Projeção é de que o Brasil exporte quase 20% a mais que em 2017.

Os exportadores de soja em grãos têm bons motivos para comemorar o desempenho do setor ao longo de 2018, mantendo-se na liderança do ranking internacional, posição que tem-se alternado com os Estados Unidos.

A projeção é a de atingir, no fechamento do ano, 80 milhões de toneladas, número que ainda pode ser acrescido em mais dois milhões de toneladas.

Caso se confirme, o Brasil terá exportado uma quantidade 19,4% superior à do ano passado, de 67 milhões de toneladas).

Esse volume superou as expectativas do setor, que projetava algo em torno de 70 milhões de toneladas.

O Debate - Ciência & Ambiente
Edição Número: 2690 - Belo Horizonte - Dezembro de 2018

Bioplásticos: solução ambiental ou falsa promessa?

Empreendedores apresentam embalagens feitas de materiais alternativos ao petróleo, como algas ou óleo de cozinha, como solução para o lixo plástico.

Se JosefineStaats estiver certa, a alga vermelha Kappaphycus pode ser um verdadeiro redentor ambiental – pelo menos quando se trata de plástico.

"As algas não precisam de solo para crescer. Não precisam de fertilizantes ou pesticidas e crescem rapidamente", diz a empresária berlinense. Staats administra uma empresa de alimentos naturais e quer transformar as algas marinhas em bioplástico.

A vantagem é que o bioplástico feito de algas teria a mesma aparência do comum sem ser feito à base de petróleo e seria biodegradável, explica Staats.

A berlinense não é a primeira pessoa a promover a ideia de plásticos à base de algas num momento em que alternativas adequadas aos plásticos convencionais são urgentemente necessárias.

Grande parte das mais de 300 milhões de toneladas do material à base de petróleo produzido a cada ano acaba poluindo o meio ambiente. A Agência Internacional de Energia (AIE) estima que a quantidade de petróleo usada para produzir todo esse plástico aumentará de 12 milhões de barris por ano, em 2017, para 18 milhões de barris anuais, até 2050.

A questão se os bioplásticos são realmente uma solução viável é, no entanto, motivo de debate. Eles não são automaticamente melhores para o meio ambiente ou para o clima do que seus homólogos à base de petróleo, dizem especialistas.

"Certamente há produtos em que o plástico biodegradável faz sentido", afirma FranziskaKrüger, do Departamento Federal do Meio Ambiente (UBA) da Alemanha, acrescentando, no entanto, que não se deve "maquiá-lo de ecoeficiente".

Por exemplo, só porque uma bolsa é feita bioplástico não significa que não acabe flutuando no oceano. Dependendo do material de que ela seja feita, a bolsa pode ser facilmente compostável em casa, biodegradável apenas sob as condições certas, ou pode até mesmo se decompor tão lentamente quanto os plásticos tradicionais – alguns dos quais podem levar até 600 anos para se degradar.

Além disso, culturas como milho e cana-de-açúcar, usadas para a produção de bioplásticos, exigem grandes quantidades de terra e fertilizantes, o que pode danificar o solo e resultar em menos área disponível para o cultivo de alimentos.

Poliéster produzido por bactérias

LenkaMynarova foi nomeada a empreendedora do ano de 2018 em seu país de origem, a República Tcheca. Ela planeja reutilizar o óleo de cozinha, transformando-o em bioplástico com a ajuda de bactérias produtoras de PHA, ou polihidroxialcanoatos – poliésteres produzidos por bactérias.

Ela explica que seu produto não vai comprometer áreas cultiváveis. "Não estamos cooperando com nenhum produtor de óleo de palma. Não estamos desperdiçando nenhuma terra, só estamos usando lixo", afirma.

Porém, ninguém pode dizer com certeza como o plástico à base de resíduos orgânicos irá reagir no meio ambiente. Não há estudos aprofundados, explica Krüger, da UBA.

"Não há nenhuma garantia de que esse bioplástico se degrade completamente na natureza ou na pilha de compostagem da mesma forma que no laboratório, onde os pesquisadores podem controlar as condições ambientais", disse Krüger.

Atualmente, empresas de reciclagem e autoridades locais não têm meios para processar muitos bioplásticos, que possuem propriedades diferentes e exigem diferentes métodos de descarte. Muitos deles acabam sendo incinerados.

"A maioria dos bioplásticos não se deixa compostar", afirma Krüger, acrescentando que a maioria das instalações de compostagem rotula os bioplásticos como um material "contaminante". É por isso que produtos como sacos de lixo orgânicos feitos de plástico compostável ainda não são uma solução real.

E, até agora, o setor de reciclagem recebeu pouco incentivo para investir em processos para tratar a quantidade relativamente pequena de bioplástico que se encontra realmente em circulação. "O esforço tem que compensar", aponta Krüger.

Pequenos passos

Em 2017, foram produzidos 2 milhões de toneladas de bioplástico, segundo o grupo industrial European-Bioplastic, com sede em Berlim. Essa cifra deve aumentar para 2,4 milhões de toneladas até 2022.

Especialistas dizem que, para o setor de bioplásticos realmente decolar, o petróleo bruto deve ficar mais caro. Nos últimos meses, os preços variaram, atingindo recentemente o valor mais alto dos últimos quatro anos, antes de cair novamente.

"Os produtores de plásticos deveriam procurar alternativas", aponta Michael Thielen, consultor de relações públicas e editor da revista Bioplastics Magazine.

Empreendedores como Staats querem estar preparados com suas alternativas de algas quando empresas vierem bater à sua porta. A berlinense também espera que sua startup se expanda com um projeto de desenvolvimento no Sri Lanka. Ela planeja apoiar pescadoras – muitas delas perderam seus maridos na guerra civil entre 1983 e 2009 – a cultivar algas organicamente.

Vai levar algum tempo até que ela consiga comercializar o seu primeiro produto – embalagens de bioplástico para a empresa de alimentos naturais que ela já administra.

"A tecnologia para a produção de bioplástico à base de algas já existe, mas ainda não está totalmente desenvolvida", explica Staats.

Atualmente, ela está tentando levantar 1 milhão de euros em capital inicial e procurando um laboratório e cientistas com quem possa trabalhar. "Assim, podemos pelo menos começar."

Desiree Therre (ca) - Deutsche Welle

O Debate
Fundado em 1934
Diretor Responsável: Eduardo Carvalhaes Nobre
(Registro DR-MT/SRTE/MG - Nº 11.411)

Propriedade de O Debate Ltda - CNPJ: 19.403.088/0001-10
Redação - Av. Amazonas, 2234 - Santo Agostinho - 30180-003
Belo Horizonte/MG - (31) 3337-8008
Edição 2690 - Dezembro de 2018

Paulo Pinheiro Chagas (1934-1953)
Oswaldo Nobre (1953-2007)
Diretoria Executiva
Luisa Maria Maia Nobre - Redação
Eduardo Carvalhaes Nobre - Midias Digitais

Site: www.odebate.com.br
Gerente: Sandra Regina Valentim Maia
Projeto Gráfico: Carlos Alexandre Domingues
Órgão de Utilidade Pública pela Lei 1.950, da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Os artigos e colunas assinados não expressam necessariamente a opinião do jornal.

Emissões de gases no Brasil caem 2,3% em 2017

Redução do desmatamento na Amazônia puxou queda, entretanto houve aumento da destruição no Cerrado.

As emissões brasileiras de gases de efeito estufa caíram 2,3% em 2017 em comparação com o ano anterior. O país emitiu 2,071 bilhões de toneladas brutas de gás carbônico equivalente (CO2e1) no ano passado, contra 2,119 bilhões de toneladas em 2016.

Os dados, inéditos, são da sexta edição do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa), do Observatório do Clima, lançada em São Paulo.

A queda foi puxada pela redução da taxa de desmatamento na Amazônia. No ano passado, a destruição da floresta recuou 12%, na esteira da retomada da fiscalização do Ibama. As emissões brutas por perda de floresta na Amazônia caíram de 601 milhões de toneladas de CO2e no ano retrasado para 529 milhões em 2017. Isso fez as emissões por mudança de uso da terra, setor que responde por quase metade do total nacional de gases-estufa, recuarem 5,5% em 2017.

Esse recuo poderia ter sido maior não fosse o aumento de quase 11% no desmatamento no Cerrado no mesmo período, o que elevou as emissões de gases-estufa no segundo maior bioma do Brasil de 144 milhões para 159 milhões de toneladas de CO2e.

Quase todos os outros setores da economia também tiveram aumento nas emissões em 2017, ano em que o Brasil começou a sair da pior recessão de sua história. A elevação mais expressiva (4%) foi no setor de processos industriais, que saiu de 95,6 milhões de tCO2e para 99 milhões de tCO2e.

Desmatamento ameaça áreas protegidas do Xingu

Área desmatada este ano equivale a 100 mil hectares de floresta.

De janeiro a setembro deste ano, uma área superior a 100 mil campos de futebol, cerca de 100 mil hectares de floresta foram destruídos na Bacia do Rio Xingu, segundo o Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento (Sirad X), monitoramento mensal feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) com base nas informações do satélite Sentinel-1. Apenas em setembro, 4.410 hectares de floresta foram derrubados.

Uma das áreas de maior biodiversidade do mundo, a Bacia do Rio Xingu engloba 21 Terras Indígenas e dez Unidades de Conservação (UCs) entre os estados do Pará e Mato Grosso e abrange 21 municípios.

Nas áreas protegidas, mais de 32 mil hectares foram desmatados de janeiro a setembro. Na Terra do Meio, foram desmatados 25 mil hectares no período, dentro dos 8,5 milhões de hectares de extensão.

O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), aponta 6.947 quilômetros quadrados de corte raso de agosto de 2016 a julho de 2017.

O Debate - Ciência & Ambiente
Edição Número: 2690 - Belo Horizonte - Dezembro de 2018

Indústria de alimentos deverá reduzir açúcar até 2022

Acordo pretende reduzir 144 mil toneladas de açúcar de alimentos.

O governo brasileiro assinou acordo com a indústria de alimentos para reduzir o consumo de 144 mil toneladas de açúcar até 2022. Isso representa, por exemplo, uma redução de até 62,4% do açúcar presente hoje em biscoitos.

"Estamos gradativamente melhorando a saúde da nossa população", diz o ministro da Saúde, Gilberto Occhi. "Dentro do que a OMS [Organização Mundial da Saúde] recomenda, vamos buscar sempre que o cidadão tenha informação e, gradativamente, com a redução do nível de açúcar desses alimentos, eles se tornarão mais saudáveis."

De acordo com o Ministério da Saúde, os brasileiros consomem, em média, 80 gramas de açúcar por dia, o que equivale a 18 colheres de chá. A maior parte, 64% desse consumo, é de açúcar adicionado ao alimento. Os outros 36% tratam-se do açúcar presente nos alimentos industrializados.

A meta, seguindo a recomendação da OMS, é reduzir o consumo de açúcar, por pessoa, para 50 gramas por dia, o equivalente a cerca de 12 colheres de chá de açúcar. Se possível, esse consumo deverá ser reduzido para 25 gramas, aproximadamente, 6 colheres de chá.

Segundo a OMS, o consumo de açúcar deve ser equivalente a até 10% do total das calorias diárias. Se possível, deve chegar a 5% das calorias diárias.

Brasil tem 45 barragens sob ameaça de desabamento

A maioria está localizada no Norte e Nordeste, em estados como Acre, Alagoas e Bahia.

Relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) aponta que aumentou de 25 barragens, em 2016, para 45 em 2017 o número de áreas com risco de desabamento no país.

De acordo com os técnicos, há problemas de baixo nível de conservação, insuficiência do vertedor e falta de documentos que comprovem a estabilidade da barragem.

As informações constam do Relatório de Segurança de Barragens – 2017 (RBS), de 84 páginas, coordenado anualmente pela ANA, divulgado em novembro. No período coberto pelo relatório foram identificados 14 episódios de acidentes e incidentes, sem vítimas fatais.

Das 45 barragens, 25 pertencem a órgãos e entidades públicas, segundo a agência. No país há um cadastro que reúne 24.092 barragens para diferentes finalidades, como acúmulo de água, de rejeitos de minérios ou industriais e para geração de energia.

Das 24.092 barragens registradas, 3.545 foram classificadas pelos agentes fiscalizadores segundo a Categoria de Risco (CRI) e 5.459 quanto ao Dano Potencial Associado (DPA). Das barragens cadastradas, 723, o equivalente a 13%, foram classificadas simultaneamente como de CRI e DPA altos.